

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Karla Patrícia Targino de Sousa

Introdução

Nos dias atuais, em que se ampliam muito os usos da linguagem, por contato progresso que se verifica na comunicação humana, tornou-se consenso nos meios educacionais os debates e as análises, em torno da disciplina de Língua Portuguesa, sobre o que se deve ensinar, e como se deve ensinar.

O ensino da Língua Portuguesa tem sido matéria de discussão não só por docentes, como também por aqueles que se preocupam com o uso inadequado da língua.

Sabe-se que é grande a reclamação do número de “erros” cometidos pelos alunos e também da metodologia utilizada na transmissão dos conhecimentos lingüísticos nos seus níveis oral e escrito. De maneira generalizada, o aluno convive com dois conhecimentos. Um, transmitido pela escola e outro, que ele traz consigo, transmitido pelo seu meio ambiente. Essa duplicidade lingüística leva-o a ter vários comportamentos. Pois quando a comunicação é oral, esta é realizada espontaneamente, já quando é escrita, o aluno sente-se como se estivesse usando outra língua, muitas vezes devido às exigências impostas no período escolar.

A decisão de ensinar a língua de um modo produtivo vai, pois, exigir que na sala de aula sejam criadas ou aproveitadas situações nas quais os alunos sintam necessidades de ler e de produzir textos. Assim, os atos de leitura e escrita deixarão de ser apenas treinos de pronúncia e ortografia, para assumirem funções sociais. Isso implica a utilização de textos variados, do interesse dos alunos.

1. Ensino de língua portuguesa

Mesmo vivendo em tempos modernos, em que o ensino já alcançou alguns avanços, não é preciso ser especialista em leitura e produção de textos para constatar que os alunos e grande parte da população brasileira detestam escrever. Muitas vezes, isso se deve pelo fato de as pessoas apresentar uma série de dificuldades na elaboração de seus textos.

O estudo de Língua Portuguesa em nossas escolas passa, e já faz algum tempo, por dificuldades, tanto no que se refere ao professor, que necessariamente precisa passar a gramática tradicional, quanto ao aluno que, por não conseguir aprender as regras gramaticais, acaba por desprezar o estudo da própria língua.

São reconhecidas no ensino de Língua Portuguesa atual as lacunas existentes no ensino de gramática, uma vez que o professor em geral não capacita melhor os alunos para a comunicação oral e escrita. Porque, em vez de fazê-los trabalhar intensamente com sua gramática interior, fazendo frases, compondo textos, lendo e escrevendo, pretendem impor-lhes Gramática, teorias e regras, sem nenhuma contextualização. Um ensino gramaticalista oculta os talentos naturais, gera a insegurança na linguagem e aversão ao estudo do idioma.

Precisa-se deixar claro que não estamos julgando a não viabilidade da gramática tradicional, pois sabemos de sua importância para o ensino de Língua Portuguesa, mas como está sendo utilizada em nossas escolas, isto é, de maneira errônea. Já que os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que se deve ensinar gramática associada à leitura e a produção textual. “Assim, não se justifica tratar o ensino

gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la” (PCN’s, 1997, p.28).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais dão um direcionamento ao estudo de Língua Portuguesa, ao sugerirem a utilização dos textos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, eles dão grande ênfase para combater a falência do ensino de Língua Portuguesa na leitura e na produção de textos: “utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos de produção do discurso” (PCN’s, 1997, p.32).

Não se dá grande ênfase à leitura e produção de textos pelos educadores atuais. Muitos falam que utilizam, mas na prática a realidade é diferente.

É importante analisar e refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa para poder criar estratégias que visem o ensino de uma gramática textual, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e muitos pesquisadores da língua sugerem.

Analisando e refletindo sobre o ensino de Língua Portuguesa é possível verificar que todos aqueles que de alguma forma estão ligados ao referido ensino - professores, alunos, pais e sociedade em geral - acostumaram-se a ouvir e ler declarações de que os jovens são incapazes de produzir um texto bem escrito. Tais afirmações são freqüentes, principalmente quando o assunto é a prova de redação do vestibular, eliminatória. Também tornou-se lugar comum apontar a escola de hoje como incompetente para formar indivíduos capacitados a ler e escrever bem.

Luft (1985, p.48) classifica o ensino tradicional de ingênuo porque parte da idéia de que o aluno de Língua Portuguesa é como um estrangeiro: não sabe a Língua e tem de aprendê-la, cabendo aos professores ensiná-la. Esse equívoco, segundo ele, explica o tipo de atividades desenvolvidas pelos professores de Língua Portuguesa, os programas, os planejamentos, as metodologias, os estudos e exercícios das aulas.

Dessa forma, ainda segundo Luft (1985), o professor também é ingênuo quando parte do pressuposto de que seu aluno precisa aprender a ler e escrever entende que a sua tarefa como professor é enfatizar o ensino das regras, principalmente as defendidas pelas gramáticas normativas, que devem ser obedecidas por todos os que desejam falar e escrever corretamente.

A pressuposição de que só existe uma Língua correta - a oriunda dos textos escritos clássicos literários - língua essa que deve ser ensinada aos alunos através de regras, vem servindo de base ao ensino de Língua Portuguesa durante todos esses anos.

Para Luft (1985), isso explica a exagerada ênfase no ensino de regras gramaticais que, dessa forma, passam a constituir o núcleo dos conteúdos a serem assimilados pelos alunos e avaliados pelo professor, nos testes e provas, sejam eles de compreensão de texto e/ou gramática, nas atividades escritas (redações) e mesmo na modalidade falada utilizada em sala de aula.

Fiad (1986) registra também uma primazia da gramática em relação às atividades de leitura e redação. Segundo ela, os programas oficiais (guias curriculares), livros didáticos e grande parte dos professores de Língua Portuguesa defendem o ensino de gramática como um fim em si mesmo ou como imprescindível para o conhecimento da estrutura de língua, ou para o desenvolvimento do raciocínio. Além disso, esse ensino de gramática pode ocorrer apenas como cumprimento de um programa preestabelecido, nem que seja para servir de um instrumento de avaliação dos estudantes.

Compreendido como atividade central das aulas de Língua Portuguesa, o ensino de gramática acaba por determinar as diretrizes que norteiam as atividades de leitura e redação na escola. A leitura fica limitada a exercícios de vocabulário e compreensão; o texto escrito passa a ser pretexto para

exercícios de gramática; os alunos devem, em suas redações, demonstrar seu aprendizado no uso das regras gramaticais, principal foco de avaliação do professor de Língua Portuguesa.

Um ensino de língua centrado no ensino de gramática baseia-se, ainda segundo Fiad (1986), exclusiva e inequivocamente em gramáticas normativas ou pedagógicas em cuja elaboração não se considerou a língua como forma lingüística, mas como um amontoado de regras gramaticais, nem sempre coerentes, e nada fiéis à realidade da língua. Além disso, há uma ênfase no ensino de metalinguagem - com privilégio para a nomenclatura, classificações, listagens, somadas a exercícios de fixação e técnicas de repetição – oriundo da idéia errônea de que a linguagem é um comportamento adquirido e aprendido mecanicamente.

Suassuna (1995) reconhece a exagerada primazia dos estudos gramaticais nas atividades de ensino de Língua Portuguesa, fruto, em parte, dos rumos tomados pelos estudos lingüísticos através do tempo. Essa atitude agrava a crise no ensino porque pressupõe uma homogeneidade das gramáticas, isto é, elege uma modalidade da língua como modelo a ser copiado e contribui para a compartimentalização dos conteúdos na medida em que a regra gramatical passa a ser o conteúdo mesmo do ensino.

Ainda para a autora, *a fonte da crise é o próprio modelo de escola no qual se encaminha a pedagogia de língua* (Suassuna, 1995 p. 19), pedagogia essa baseada no princípio do ensino do certo em detrimento do errado. Como suporte para sua afirmação, Suassuna (1995) traça um esboço histórico dos estudos lingüísticos, tentando mostrar como se constituiu, através dos tempos, essa pedagogia do certo x errado, que ainda vigora no ensino de Língua Portuguesa e que pode ser facilmente observada na prática dos professores.

Muitos manuais didáticos propõem atividades de escrita seguindo essa mesma linha de pensamento. Contudo, também encontramos professores que procuram desenvolver a escrita do aluno a partir de uma pedagogia mais ousada - como escrita e reescrita de redações, autocorreções e outras situações em que o aluno escreve para apresentar e defender suas idéias - mas, no conjunto maior das atividades de prática de textos escolares, esses professores são ainda minoria.

Segundo Fiad (1985) e Ilari (1985), esse quadro não se altera porque é na aula de gramática que o professor pode controlar a informação e o conhecimento; é a partir do domínio desses conteúdos gramaticais que o professor avalia conteúdos gramaticais ao mesmo tempo em que, na demonstração desse domínio, avalia e vê avaliada sua competência profissional.

Não é objetivo aqui analisar com profundidade a crise no ensino de Língua Portuguesa, mas não se pode ignorar que o modelo de escola que vigora em nossa sociedade contribui para a manutenção dessa crise. Entretanto, o interesse maior desse trabalho é investigar, de forma geral e, a partir do exposto até aqui, o ensino de Língua Portuguesa.

Ilari (1985) afirma que se dá nas aulas de Língua Portuguesa, ênfase ao ensino de gramática, mesmo quando o objetivo é o exercício escolar da redação. Para o autor, é importante definir, antes de mais nada, quais são os objetivos desses exercícios. Para isso, começa seu artigo afirmando que, a partir da prática correta dessas atividades nas escolas, podem-se apontar dois diferentes objetivos: exercício de redação como meio para (a) superar a incorreção gramatical das redações escolares e (b) levar o aluno a expressar-se sobre um tema dado. Dessa forma, o aluno escreve para demonstrar seu conhecimento sobre determinado assunto, mas, acima disto, escreve para mostrar o que aprendeu, ou não, das aulas de gramática.

Assim, o exercício de redação deveria e poderia ser uma oportunidade de se explorar a variabilidade da língua quanto às funções que a língua se presta, quanto aos registros em que essa língua é encarregada, quanto às possibilidades que essa língua oferece no tocante à informatividade e redundância, além disso, aspectos de coesão textual que são levados em conta nas gramáticas e livros escolares devem ser trabalhados na redação.

2. Encontrando sentido na produção de textos

Em várias pesquisas lingüísticas desenvolvidas nas últimas décadas sobre o processo da escrita de texto, tem sido notória a constatação de que o ensino de Língua Portuguesa tem concebido a pedagogia da escrita como meio de superar a incorreção gramatical das redações escolares. A prática escolar comum do professor de Língua Portuguesa é de, ao encontrar um erro gramatical, assinalar tal erro com um traço vermelho e tentar motivar “os alunos (quase certamente pelo argumento da nota) a serem mais respeitadores das leis gramaticais no futuro” (Ilari, 1985, p.54).

Apesar de, em práticas desta natureza, o objetivo proposto ser o aperfeiçoamento das habilidades de ler, escrever, ouvir e falar do educando, tal postura certamente não é condizente com a realidade do processo da escrita de texto, tendo se revelado adequada e suficiente para os objetivos relacionados com a habilidades específicas e isoladas (gráficas e gramaticais, por exemplo), mas não atendem nem desenvolvem as habilidades para estruturar textos dotados de coerência e adequação contextual.

Segundo Pécora (1983), os problemas tanto do ponto de vista da argumentação, da coerência e coesão, passando por desconhecimento de normas de concordância, regência, grafia e acentuação contribuem para que o aluno tenha um arsenal de desculpas plausíveis para não escrever ou, em o fazendo, preocupar-se apenas em preencher as 20 ou 25 linhas definidas pelo professor.

A professora Faulstich (2000) procura, em sua obra, introduzir o leitor na arte e técnica da redação, principalmente a redação de textos técnicos e científicos, orientando-o sobre como ler e entender esse tipo de texto. Destaca a autora que para bem redigir é necessário ter domínio do tema que se quer expor, o que se obtém com leituras selecionadas. Por outro lado, para bem aproveitar tais leituras, é necessário saber ler e entender o texto.

Entender um texto é aprender suas idéias. Para Bloom, conforme citado por Faulstich (2000), entender um texto exige capacidades cognitivas, quais sejam: compreensão, capacidade de ater-se ao ponto de vista do autor, análise, capacidade de visualizar as partes construtivas do texto, suas inter-relações e sua forma de organização, síntese, ou seja, capacidade de fixar-se no que é essencial na idéia exposta, avaliação, visão crítica sobre o texto, e aplicação, capacidade de, a partir da abstração e criatividade, extrapolar o apreendido no texto e aplicar o conhecimento adquirido a outras realidades similares.

Na elaboração de um texto, o aluno deve lembrar que a linguagem escrita não dispõe-se de recursos como expressão corporal, a entonação, e tantos outros presentes na comunicação falada, direta e pessoal. Deve-se, então, construir com maior cautela nossas frases, dando-lhes uma seqüência mais lógica e coesa, escolhendo palavras apropriadas à mensagem que queremos comunicar, evitando redundâncias e termos demasiadamente desgastados e genéricos, vazios de sentido ou imprecisos, por fim devemos ter a máxima cautela com a pontuação.

Para que os alunos possam chegar a esses conhecimentos é preciso que sejam desenvolvidos o gosto de uma leitura reflexiva como também o estudo de gramática através de textos completos; fragmentos de textos que tenham sentido completo.

O grande desafio para quem leciona Língua Portuguesa é fazer de seu aluno um bom leitor e um bom escritor.

Pode-se observar que as reformas do ensino no Brasil (LDB, PCN's) estabeleceram as metas de trabalho para o ensino fundamental. Tais reformas desejam, fundamentalmente, portanto, que a escola inove e crie fórmulas que desafiem o aluno a buscar respostas para suas dúvidas, incentivando a pesquisa e a reflexão como meios de motivação para uma aprendizagem sólida e prática, e não momentânea e teórica, quando fundamentada na memorização de conceitos e regras.

Na maioria das atividades escolares, é preciso que os alunos tenham uma participação dinâmica, seja interpretando textos, expondo idéias, ou mesmo extrapolando seus conhecimentos para outras áreas.

O trabalho com textos é de importância fundamental não só para enriquecer e ampliar o universo dos alunos, mas também como elemento-chave na produção oral e escrita. Dessa forma, os alunos devem conhecer técnicas variadas de criação textual, para poder utilizá-las, com segurança, em seu cotidiano.

A atividade de produção de texto não se faz de um momento para o outro. Por isso, o professor não deve imaginar que ao solicitar a elaboração de um texto por parte dos alunos, eles o farão imediatamente. Este é o resultado de um processo que envolve “ter o quê dizer” e “saber como dizer”.

Ao professor cabe verificar se os alunos apresentam ou não dificuldades na compreensão dos textos e utilizar questões que possam mediar essa compreensão, favorecendo ao aluno a percepção, por exemplo, de que todo texto de gênero objetiva convencer o consumidor a comprar o produto, e de que, para atingir esse objetivo, o autor do texto utiliza-se de recursos visuais (verbais e não verbais), muitas vezes não tão fáceis de serem compreendidos.

Nessa perspectiva, é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas.

3. Análise e discussão

Para analisar a problemática do ensino de Língua Portuguesa e refletir sobre a leitura e a produção de textos no ensino Fundamental II, foi realizada uma pesquisa literária com os mais variados estudiosos da Língua Portuguesa do Brasil. Também foi desenvolvida uma pesquisa através de questionário e de a observação de aulas, com 45 professores de Língua Portuguesa da região do Brejo da Paraíba.

Foram distribuídos 50 questionários para 50 professores, mas apenas 45 foram devolvidos respondidos. Com isso, é possível verificar que alguns professores de Língua Portuguesa não gostam de refletir a sua prática, nem se sentem motivados a participar de uma pesquisa que procura analisar a problemática do ensino da referida língua, através do desenvolvimento da leitura e da produção textual.

Sabe-se que a deficiência do ensino de gramática nas escolas é grande, pois ele é direcionado ainda através do estudo de normas, regras e exercícios mecânicos que não estão associados a textos ou fragmentos de textos que tenham sentido e possam ser contextualizados pelos alunos. Esse ensino é totalmente inaceitável pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Neste trabalho, priorizou-se o ensino de Gramática textual, já que ajuda o aluno a desfazer as dúvidas que possam ainda existir quanto à apreensão dos novos fatos lingüísticos, interpretados a partir da leitura de textos escolhidos adequadamente. Este ensino também trabalha com a semântica, a estilística, a estruturação de frases e o emprego das palavras, com a finalidade de privilegiar o discurso e a produção da escrita.

Tabela 1 - Análise sobre a importância dos textos pelos professores pesquisados.

<i>Os textos estimulam a aprendizagem?</i>		
<i>CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO ENSINO</i>	Nº DE PROFESSORES	PERCENTAGEM
<i>1. Sim</i>	24	53,3 %
<i>2. Não</i>	0	0 %
<i>3. Nem sempre</i>	21	46,6 %
TOTAL	45	100 %

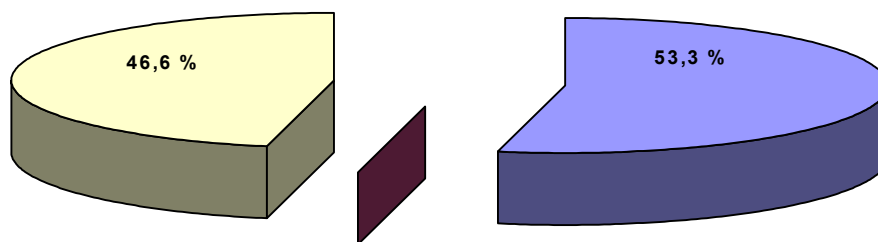


Tabela 2 - Análise sobre o incentivo dos professores pesquisados a leitura reflexiva dos educandos.

<i>Incentiva a leitura reflexiva e crítica dos alunos?</i>		
<i>CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO ENSINO</i>	Nº DE PROFESSORES	PERCENTAGEM
<i>1. Sim</i>	30	66,6 %
<i>2. Não</i>	0	0 %
<i>3. Nem sempre</i>	15	33,3 %
TOTAL	45	100 %

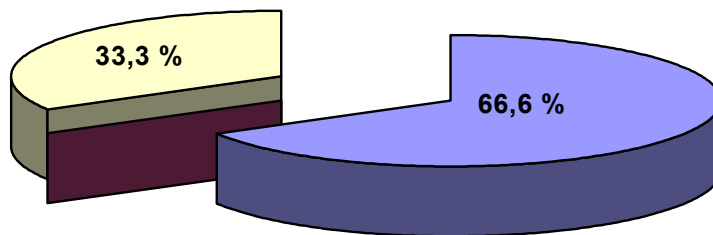


Tabela 3- Análise da utilização de textos para ensinar a gramática.

<i>Utiliza os textos para explicar a gramática?</i>		
CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO ENSINO	Nº DE PROFESSORES	PERCENTAGEM
<i>1. Sim</i>	14	31,1 %
<i>2. Não</i>	20	44,4 %
<i>3. Nem sempre</i>	11	24,4 %
TOTAL	45	100 %

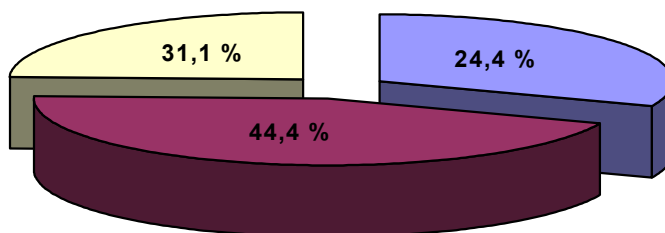
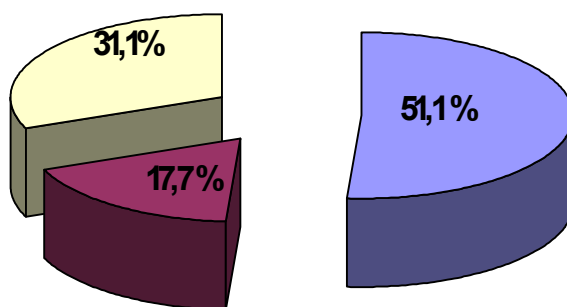


Tabela 4 - Análise da metodologia utilizada pelos professores de Língua Portuguesa.

<i>Em relação à produção de textos, usa outras técnicas além das apresentadas pelo livro?</i>		
CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO ENSINO	Nº DE PROFESSORES	PERCENTAGEM
1. Sim	23	51,1 %
2. Não	08	17,7 %
3. Nem sempre	14	31,1 %
TOTAL	45	100 %



Os dados obtidos através dos questionários e observações de aulas de alguns professores mostram que são poucos os profissionais de Língua Portuguesa que conseguem relacionar a teoria com a prática. Os métodos tradicionais de ensino da gramática, a observação terminológica, a paranóia classificatória, o apelo à nomenclatura, ainda são utilizados nas salas de aula pelos professores de Língua Portuguesa. Mesmo que muitos na teoria digam usar os textos para o ensino da gramática, através dos dados colhidos verificamos o contrário.

Não faz sentido ensinar nomenclatura se o domínio afetivo e ativo da língua dispensa domínio de uma metalinguagem técnica.

Para minimizar essa situação do ensino de gramática não associado à leitura e à produção de textos sugeriu-se a elaboração de uma estratégia do ensino de gramática textual.

Com a estratégia de gramática textual, abri-se mais espaços para o diálogo entre a turma e o professor sobre o conteúdo do texto, incentivando-se, assim, a comunicação, a oralidade e a argumentação.

Conclusão

Na elaboração deste trabalho, os alunos foram considerados não como receptores de informações, mas sujeitos da ação no processo de aprendizagem, a serem estimulados a se tornarem cada vez mais críticos na interpretação e análise das inúmeras informações recebidas. Tem sido necessário, então, substituir processos tradicionais baseados em teoria e memorização por um trabalho dialético fundamentado em uma visão mais democrática da língua.

Se a escola desenvolvesse atividades ligadas ao ato de pensar, promovendo este exercício, o aluno, com certeza, estaria reagindo de outra forma, usando o seu pensamento na criatividade, que embora seja uma constante nos manuais consultados e nos planejamentos, existe muito a se questionar sobre a sua realização. Já que são freqüentes procedimentos considerados pelos professores como meios para desenvolver a criatividade, mas que no fundo são repressores e inibidores, provocando uma série de bloqueios nos educandos.

Acredita-se que se cada professor tivesse uma preocupação com o conhecimento que o aluno traz consigo e utilizasse esse conteúdo no ensino sistemático da língua, a aprendizagem se realizaria de forma mais prática e atenderia, mais de perto, às necessidades do aluno.

Torna-se necessária uma reformulação metodológica para o ensino da Língua Portuguesa, principalmente pelos professores que estão em contato com a realidade do aluno, sabendo inclusive dos seus anseios e aspirações. O livro adotado deve ser apenas mais um material de consulta, uma vez que é difícil se encontrar um livro que possa ser direcionado totalmente para a vivência do aluno.

Espera-se, com este trabalho, contribuir, portanto, para que o ensino da língua Portuguesa constitua um instrumento de comunicação e integração social, baseando-se na leitura e na produção de textos de gêneros e conteúdos variados que favoreçam inclusive a integração com outras áreas. Esse recurso representa mais um processo de ampliação no estudo do Português. É importante esclarecer que os conteúdos gramaticais estão presentes e ganham um enfoque novo nesse trabalho, através de um estudo reflexivo e funcional dos fatos da língua, vistos de forma contextualizada, para a aplicação em estudos de leitura e na produção de textos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: **Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FAULSTICH, Enide L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIAD, Raquel Salek. **Ensino da Língua Materna**. Gramática x leitura e redação? In: *Leitura: Teoria e Prática*, São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- ILARI, Rodolfo. **A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade** – Por uma nova concepção de Língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L e PM, 1985.
- PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SUASSUNA, Livia. **Ensino de Língua Portuguesa**. Uma abordagem pragmática. Campinas: Papiros, 1995.

